

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

O LEGADO DOS MEGAINVESTIMENTOS: padrão exportador de especialização produtiva e os impactos na “questão social” do Rio de Janeiro

José Henrique Galdino¹

RESUMO

O presente trabalho distende-se a partir de um objetivo central: analisar os impactos dos principais megainvestimentos vinculados ao padrão exportador de especialização produtiva – efeito de uma série de novas tendências mundiais de acumulação do capital que se consolidou no pós-anos 1980 – na “questão social” do estado do Rio de Janeiro. Nele, pretende-se observar como a coalizão do empresariado com os governantes locais – fazendo uso do discurso de “legado” – ampara-se na expropriação e violência contra a classe trabalhadora. Pretende-se articular, com isso, o debate de desenvolvimento regional com os fundamentos do capitalismo dependente, buscando contribuir para um estudo da “questão social” no Brasil, de uma forma geral, e no Rio de Janeiro, em particular, a partir de suas peculiaridades.

Palavras-chave: Megainvestimentos. “Questão social”. Rio de Janeiro.

ABSTRACT

This work is based on a central objective: to analyze the impacts of the main mega-investments linked to the export pattern of productive specialization – a consequence of a series of new global trends of capital accumulation that were consolidated in the post-1980s – on the social question in the state of Rio de Janeiro. We intend to observe how the coalition of the business community with the local government – using the “legacy” discourse – is sustained by expropriation and violence against the poor population. We intend to articulate regional development studies with establishments of dependent capitalism, seeking to contribute to a study of the social question in Brazil, in general, and in Rio de Janeiro, in particular, based on its peculiarities.

Keywords: Mega-investments. Social question. Rio de Janeiro.

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social; galdinohenrique03@gmail.com.

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

1. INTRODUÇÃO

A nova configuração do capitalismo global, resultante da ofensiva neoliberal que ganha força a partir da década de 1980, resultou em uma nova reorganização da divisão internacional do trabalho. Os impactos da financeirização e as reconfigurações frente às cadeias globais de valor – gerando uma consequente reestruturação produtiva – resultaram no fim do processo de industrialização nos países dependentes, ocasionando, assim, na revitalização de atividades produtivas típicas de uma economia subalternizada, como o latifúndio baseado na monocultura, exportação de *commodities*, depredação do meio-ambiente, precarização das condições de trabalho, etc.

Sob a ótica dos debates da dependência, é possível observar esse fenômeno a partir da categoria de *padrão de reprodução do capital*, categoria esta usada para investigar as manifestações do capital em determinados territórios levando em conta contextos históricos específicos. Segundo Jaime Osorio (2012a), existem três diferentes padrões de reprodução na América Latina desde a consolidação capitalista aqui. O primeiro foi o padrão agromineiro exportador (1840-1920), onde os países dependentes entram no fluxo internacional de mercadorias por meio da exportação de matérias-primas produzidas pela exploração da força de trabalho escravizada. O segundo foi o padrão industrial (1930 - meados de 1970), como resposta a uma crescente onda socialista internacional e a necessidade de readequação à uma segunda divisão internacional do trabalho.

Por fim, o padrão exportador de especialização produtiva, que se iniciou nos anos 1980 e vigora até a atualidade. O atual padrão se caracteriza pela produção de bens primários e/ou secundários com menor grau tecnológico na produção; por ser essencialmente exportador, dado que a realização da reprodução do capital se encontra no mercado internacional; e por demandar uma especialização produtiva, pois mesmo os produtos sendo, em sua maioria, primários, a produção depende de um certo grau de especialização em determinados eixos (OSORIO, 2012b).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Uma análise histórica do estado do Rio de Janeiro (ERJ) revela a importância da região em cada padrão de reprodução do capital adotado pela burguesia dependente brasileira, não apenas por ter sido a capital administrativa tanto no período colonial, como no imperial e republicano, mas, sobretudo, por ter sido um dos principais propulsores das formações econômicas e sociais que demarcam nossa dependência. O estado do Rio, para além de ter se constituído em uma das principais escoras para o roubo de matérias-primas, expropriação e espoliação de territórios, extermínio de populações nativas, devastação da natureza e escravização de seres humanos na acumulação primitiva, foi o palco fundamental do ciclo do café e contrabando de escravizados no padrão agromineiro exportador, manteve sua importância para o Brasil por ser o então Distrito Federal durante o padrão industrial – sendo sede, portanto, de importantes empresas públicas –, e no padrão exportador de especialização primitiva reafirmou sua centralidade devido ao segmento de petróleo e gás, às atividades porto-industriais e ao setor de serviços impulsionado, sobretudo, pelos megaeventos. Neste último momento, megainvestimentos públicos e privados foram marcantes em todo estado, como parte de seu processo de readequação aos anseios do capital dominante.

Logo, o presente trabalho distende-se a partir de um objetivo central: analisar os impactos dos principais megainvestimentos vinculados ao atual padrão de reprodução na "questão social" do ERJ, mostrando como a coalizão do empresariado com os governantes – fazendo uso do discurso de legado – ampara-se na expropriação e violência contra a população pobre local. Pretende-se articular, com isso, o debate de desenvolvimento regional com os fundamentos do capitalismo dependente, permitindo um estudo da "questão social" no Brasil, como um todo, e no Rio de Janeiro, particularmente, a partir de suas peculiaridades.

2. GOVERNANTES E EMPRESARIADO NA CONSTRUÇÃO DE UM “LEGADO”

A passagem para o padrão exportador de especialização produtiva na América Latina decorre de uma crise no padrão industrial, em que o estado do Rio foi especialmente afetado. Com uma economia fundamentada a partir dos

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

investimentos do Governo Federal, o ERJ sentiu diretamente os impactos do choque de juros promovido pelos Estados Unidos em 1980, resultando na crise da dívida externa no Brasil e na posterior moratória. Outro fator relevante para a queda de investimentos no estado foi a transferência do Distrito Federal para Brasília.

A transição para o atual padrão de reprodução do capital foi vital para a recuperação econômica do estado do Rio, mas ao mesmo tempo, gerou uma reprimarização das atividades produtivas, aumentando a dependência e deteriorando a qualidade de vida da população. Analisar esse processo de transição requer uma atenção um pouco mais aprofundada na forma como o Estado participa na economia, sobretudo levando em conta as especificidades de sua manifestação mais concreta na realidade brasileira, bem como na do Rio de Janeiro.

O padrão exportador de especialização produtiva se estabelece mais fortemente no Brasil entre o fim dos anos 1990 e início dos anos 2000, período de ampliação da demanda internacional pelas *commodities* frente ao crescimento econômico da China. Com isso, houve um aumento tanto no valor como na quantidade das exportações dos países dependentes, resultando para alguns deles em significativos superávits comerciais (OSORIO, 2012b). Entre as mercadorias exportadas, destacam-se os produtos minerais, do agronegócio, e em menor escala, alguns produtos industriais.

Desde a reestruturação produtiva e a consolidação do padrão exportador de especialização produtiva aqui na América Latina, houve uma crescente financeirização do capital e um endividamento da economia global. Os Estados nacionais, progressivamente, perdem sua capacidade de controlar os fluxos do capital transnacional, resultando na maior participação dos agentes privados nas tomadas de decisões das formas de regulamentação, definição de planos estratégicos e demais atividades de governança (MOTTA, 2019). Tais configurações tornam mais acirradas as disputas por investimentos, e o estado do Rio de Janeiro viu uma forma de atraí-los a partir da readequação dos seus espaços aos interesses financeiros especulativos.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



O Poder Público não seria, portanto, o ator político central para a definição das ações e políticas públicas, transferindo esse papel a outros agentes da sociedade civil, sobretudo o empresariado (MOTTA, 2019). A administração pública é apropriada pela burguesia como ferramenta usada para a construção do novo projeto, onde possuem forte poder de decisão sobre o que será feito. Governantes e o empresariado estreitam suas relações.

No Rio de Janeiro, essa articulação parecia estar dando certo. Nomes como o do empresário Eike Batista ganharam forte influência e passaram a ser exaltados pelos aparelhos privados de hegemonia da burguesia, condecorando-o com prêmios onde exaltavam sua liderança, responsabilidade social e exemplo de empreendedorismo. O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – atualmente sob a sigla de MDB – conseguia importante poder político tanto na esfera estadual como na municipal do Rio, através de nomes como Rosinha Garotinho, Sérgio Cabral, Luiz Fernando Pezão e Eduardo Paes, ocupando os principais cargos das decisões do estado. Isso gerou um clima de muito otimismo por parte da burguesia fluminense. Estabeleceu-se uma grande coalizão entre o empresariado e os governantes em prol da adequação do ERJ aos novos estabelecimentos do mercado mundial, cujos frutos dessa aliança são os megainvestimentos em uma série de atividades econômicas vinculadas às novas tendências de acumulação no capitalismo dependente, como no setor petroquímico, na logística portuária, indústria naval, construção civil, entre outros.

Se antes a economia do estado se concentrava a partir do município central, com a nova configuração capitalista o interior do Rio passou a ser fundamental para as contas públicas estadual e federal, através de sua inserção nos circuitos de acumulação vinculados à exportação de *commodities* – em especial o Norte Fluminense (NF) e o Leste Fluminense (LF), com as divisas internacionais do Petróleo e as atividades porto-industriais. Para a metrópole do Rio, o grande projeto no atual padrão de reprodução do capital era a construção do espaço urbano capaz de gerar uma imagem da cidade que atraísse os fluxos do capital financeiro. O

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Estado, através de seus operadores e do aparelho institucional, torna-se o meio para a materialização desses projetos. Os recursos públicos foram peças-chave para a adoção de políticas estratégicas diante do novo contexto neoliberal, com o Estado buscando alinhar os interesses de diversos grupos da burguesia, tanto internacional como interna (MOTTA, 2019). Justificavam essas ações pela expectativa de crescimento da competitividade do Rio de Janeiro no cenário global de disputa de investimentos, além de aquecerem o mercado imobiliário e atuarem na redução do desemprego através, sobretudo, da construção civil.

A nova estruturação territorial do estado provocada pela descentralização produtiva tornou algumas regiões do interior do Rio palco de grandes investimentos públicos e privados, criando uma forte base econômica além da cidade. O NF, em particular – antes com pouca participação na economia do estado –, região marcada pela forte presença de pequenos agricultores, pescadores e caçadores, de repente se viu abrigando o principal expoente de acumulação do estado e toda tecnologia e logística envolvida na operação do Complexo de Petróleo e Gás. Recebeu também uma grande massa de trabalhadores especializados, provocando grandes surtos de urbanização. Outro megainvestimento realizado no NF foi o Complexo Portuário e Industrial do Açúcar, visando atender às novas dinâmicas de exportação, iniciando suas operações em 2014 e possuindo como principal destino das mercadorias justamente a China. No LF, foi instalado o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) após a descoberta do Pré-Sal em 2007, até então o maior investimento já feito pela Petrobras.

Esses megainvestimentos mostram o papel do setor petroquímico nas dinâmicas de acumulação do estado, bem como o papel da exportação na nova configuração econômica. O estado do Rio de Janeiro tornou-se o centro nacional de desenvolvimento a partir da cadeia de extração do petróleo, a mais importante *commodity* do século XX (MELO; OLIVEIRA, 2015). Fica acentuada a posição mais enfraquecida da burguesia fluminense frente às burguesias centrais. A grande marca do desenvolvimento econômico do ERJ no padrão exportador de

PROMOÇÃO



APOIO





especialização produtiva é a comercialização centralizada em uma única mercadoria, em estado bruto, cujo preço é determinado internacionalmente.

Quanto à cidade do Rio de Janeiro, houve sua readequação aos circuitos globais de acumulação, visando atrair mais investimentos em um acirrado contexto de disputa, sobretudo pós-crise de 2008. As cartas na manga do município eram os megaeventos da Copa do Mundo de Futebol da FIFA em 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, abrindo-se para uma nova onda de revitalização. Os grandes eventos constituíram-se como enormes vitrines para a cidade, atraindo investimentos imobiliários, de logística urbana e expandindo o setor de serviços da cidade, principalmente o turismo. Ou seja, na cidade também há uma orientação mercantil para fora, moldando a estruturação urbana por meio da violência como potência econômica para atender às novas demandas do capital mundializado.

2.1. Expropriações e violência: a contraface dos megainvestimentos

O anúncio da descoberta da Bacia de Campos feito pela Petrobras, em 1974, no NF, foi recebida com muita euforia por parte da burguesia fluminense. Não demorou muito e a região se tornou a maior produtora de petróleo no Brasil – até o ano de 2012, cerca de 80% da produção nacional de petróleo partia do ERJ –, sobretudo a partir dos anos 2000, devido à alta do preço do barril provocado pela expansão econômica chinesa e à instalação do Complexo de Petróleo e Gás no município de Macaé, incorporando muita força de trabalho especializada. Este megainvestimento provocou surtos de urbanização em regiões antes pouco dinâmicas economicamente, ocupadas quase que inteiramente por pequenos agricultores e pescadores (CRUZ *et al.*, 2016).

A região do NF também sediou um outro megainvestimento associado aos novos estabelecimentos econômicos: o Complexo Portuário e Industrial do Açú, no município de São João da Barra. Tratava-se de uma tentativa de readequação das logísticas portuárias frente aos preceitos do caráter exportador das novas dinâmicas de acumulação, que passaram a exigir portos mais modernos, com maior capacidade de armazenamento e logística.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A instalação do Complexo do Açú provocou inúmeras mudanças no município. A começar pela expropriação de milhares de famílias por meio de força policial e com legitimação do Estado do Rio de Janeiro, através de um decreto assinado em 2008 pelo então governador Sérgio Cabral. As terras expropriadas dariam lugar a um parque industrial sob responsabilidade da empresa LLX, do empresário Eike Batista. Provocou-se mais um surto de urbanização no NF relacionado ao crescimento da oferta de empregos formais na região. Porém, assim como em Macaé, esse crescimento não incorporou a população local, composta em grande parte por trabalhadores de baixa escolaridade, que viviam da agropecuária, do pescado e do extrativismo (RANGEL *et al.*, 2018).

Embora houvesse o crescimento do PIB *per capita* do município – relacionado à alta do ciclo do petróleo –, não houve preocupação por parte da burguesia fluminense em gerar uma cadeia produtiva visando a diversificação econômica e consequente redução do petrorrentismo. O resultado do processo de centralização do estado do Rio de Janeiro na produção e exportação de petróleo foi a formação de um enclave econômico no NF. Ou seja, o desenvolvimento econômico da região é extremamente vulnerável às flutuações do preço do barril, e foram especialmente afetados durante a crise do atual padrão.

Os trabalhadores expropriados do NF mobilizaram-se coletivamente na tentativa de retomada de suas posses, realizando ocupações e travando batalhas judiciais. No caso específico de São João da Barra, quase 90% das terras desapropriadas pelo Estado do Rio não foram utilizadas mesmo passados 9 anos desde a assinatura do decreto de remoção, conforme Associação dos Proprietários Rurais e Imóveis de São João da Barra (ASPRIM) (2017). Após longas disputas judiciais, somadas à desistência de diversas empresas interessadas – sobretudo após os fracassos dos investimentos de Eike Batista, prisão do empresário, do ex-governador Sérgio Cabral, e posterior retirada do Complexo da LLX –, algumas terras foram retomadas pela população. Entretanto, esses megainvestimentos causaram danos permanentes na região, como a devastação de boa parte da

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

vegetação nativa – marcada pela riqueza de flora e fauna –, inviabilização de algumas regiões da pesca, poluição, etc.

Outra região do estado do Rio especialmente impactada pelos desdobramentos dos megainvestimentos foi o LF. Frente à estagnação econômica apresentada pela região e os baixos indicadores sociais, apresentou-se o Comperj como um projeto que viria dinamizar economicamente a localidade e ampliar a oferta de empregos. Para além da reinserção do estado do Rio na participação econômica nacional e internacional, foi vendido aos trabalhadores a criação de mais de 200 mil empregos diretos e indiretos (BIENENSTEIN *et al.*, 2018).

Segundo Regina Bienenstein *et al.* (2018, p. 45):

A expectativa era de que o projeto potencializaria o crescimento das atividades econômicas da região, o que provocaria a expansão da urbanização e redirecionamento de investimentos públicos para áreas até então não contempladas sequer com serviços básicos, além de propiciar a elevação do nível socioeconômico da população local por meio da capacitação de mão de obra e da possibilidade de sua inserção no mercado de trabalho, que seria muito ampliado.

O projeto foi apresentado em 2006 pela Petrobras diante das altas expectativas da burguesia com o anúncio da recém descoberta do Pré-sal. As obras foram iniciadas em 2008 com previsão de início das operações em 2016, adiado posteriormente para 2023.

Inúmeros problemas perpassam a instalação desse Complexo. A começar pela escolha do município de Itaboraí como sede, situado próximo à Área de Proteção Ambiental de Guapimirim. Tal proximidade exigiu dos governantes a alteração da legislação urbanística do município, transformando-o em uma Zona Estritamente Industrial. Essa alteração possui como fundamento a autorização dos danos ambientais que seriam causados em Áreas de Proteção Permanente e nas Faixas Marginais de Proteção (BIENENSTEIN *et al.*, 2018). Além disso, o Comperj também afetou o desenvolvimento de forma desigual, gentrificando a população residente e expulsando as atividades econômicas previamente situadas.

Foi marcante também o conflito contra os pescadores da Baía de Guanabara, que se depararam cada vez mais com a poluição hídrica, o desaparecimento de

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



diversas espécies e a consequente redução do pescado. Na tentativa desesperada de compensar essas adversidades, os pescadores são obrigados a adentrar cada vez mais fundo na Baía, colocando-se em maior risco (BINSZTOK *et al.*, 2018). O Comperj, portanto, atentou diretamente à reprodução social dos trabalhadores artesanais, não só ao inviabilizar suas atividades pesqueiras – sendo muitas vezes a única fonte de renda e de alimento do trabalhador e sua família –, mas também ao atingir a relação simbólico-afetiva dessa população. Diante das expropriações sofridas ao longo do padrão exportador de especialização produtiva, os pescadores se articularam e formaram importantes movimentos de resistência contra os empreendimentos feitos sem que se levassem em conta os seus modos de vida.

Embora inicialmente cercado de muito otimismo por parte da burguesia, o megainvestimento do Comperj apresentava um risco estrutural oriundo do papel assumido pelo ERJ no atual padrão de reprodução do capital. Após a crise internacional de 2008 e seus posteriores desdobramentos no Brasil – incidindo mais diretamente em nossa realidade através da queda do preço do barril de petróleo –, o Comperj tornou-se um projeto economicamente inviável, e depois disso, a burguesia e a União não sabiam o que fazer com ele. Por diversas vezes os planos foram alterados e as obras interrompidas, restando como legado o rombo nos cofres públicos, os danos ambientais, gentrificação, conflito com os pescadores e os escândalos de corrupção. Além disso, gerou no município de Itaboraí o aumento do desemprego, da violência, no enfraquecimento de atividades econômicas previamente estabelecidas e diversas outras expressões da “questão social”. Em suma, a instalação e a posterior paralisação das obras do Comperj acentuaram os problemas e fragilidades vivenciados pela população do LF, afetando especialmente a população dos municípios de São Gonçalo e Itaboraí, sobretudo deste último.

Sobre a cidade do Rio de Janeiro, a violência como potência econômica também foi crucial diante dos novos estabelecimentos do mercado mundial. Inicia-se a partir dos anos 1980, no município do Rio, sua readequação aos interesses das corporações privadas na política urbana, aos moldes das ordens

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



neoliberais e do capital financeirizado. Com isso, se estabelece a terceira grande onda de revitalização na cidade, sob a propaganda de renovação urbana associada à realização de grandes eventos internacionais, com destaque para os megaeventos esportivos.

Diante desse contexto, contrastava aos olhares de setores empresariais a projeção nacional e internacional da cidade do Rio, e a vasta ilegalidade e informalidade que pairavam em seu território, gerando um clima de insegurança e de desordem urbana (BRUM, 2016). A revitalização passou a carregar o nome de “legado” dos megaeventos, acompanhado pelas promessas de ações de melhorias na cidade e, conseqüentemente, na qualidade de vida da população carioca. Ou seja, visando garantir a legitimidade dos eventos e da construção da ordem urbana, foram prometidas ações de educação, cultura e geração de emprego.

Durante o padrão exportador de especialização produtiva, as classes dominantes da cidade do Rio de Janeiro abraçaram o projeto de realização dos grandes eventos, colocando-a exposta em uma vitrine internacional onde não seriam apenas vendidos os serviços e produtos associados aos jogos, mas também a própria cidade.

Ao tornar-se sede desses eventos – sobretudo da Copa do Mundo da FIFA em 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 –, a cidade do Rio de Janeiro assumiu uma série de obrigações que visavam a modernização da cidade. O Estado, com isso, através da base primária do seu poder político, passou a realizar intervenções urbanas seletivas baseadas na valorização imobiliária, transformando a cidade do Rio em um verdadeiro canteiro de obras, sem que estas atendessem aos interesses da população local. Pelo contrário, o que se observou foi a utilização sistemática da violência para defender os interesses privados da classe dominante às custas dos direitos da classe subalternizada.

Inaugura-se, na cidade, a terceira grande onda de revitalização, desta vez visando cumprir com as exigências feitas pelas entidades organizadoras dos megaeventos. A partir dos anos 2010, iniciam-se os investimentos de logística

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



urbana da TransOlimpica, TransOeste, TransCarioca e TransBrasil. Além de amplamente marcadas por diversas investigações de corrupção, caracterizam estas obras as inúmeras falhas estruturais, péssima execução, gambiarras, e sobretudo, o superfaturamento. A ideia era construir o mais rápido – e caro – possível, não importando a qualidade.

Os eventos serviram para, através dos aparelhos privados de hegemonia das classes dominantes, legitimar e pôr em prática as articuladas reivindicações de setores empresariais do estado do Rio. O discurso dos grupos empresariais pretendiam direcionar a projeção global da cidade com uma ordem urbana, transformando-a em um ambiente seguro de investimentos. As favelas e quilombos do município necessitariam, com isso, serem inseridos nessa ordem urbana.

Em outras palavras, diante da nova grande onda de revitalização na cidade, gerando a expansão das áreas urbanas, alteração das logísticas de transporte, atribuição de diferentes funções a diferentes áreas do município, são colocadas em prática novas formas de gestão da pobreza e das favelas. A partir de 2009, diante da aproximação dos megaeventos, a Prefeitura do Rio de Janeiro – sob gestão do prefeito Eduardo Paes – elaborou um programa de remoções que retiraria completa ou parcialmente 119 favelas da cidade, representando cerca de 13 mil famílias (MEDEIROS *et al.*, 2012). Todo esse projeto expropriatório envolveu o esforço de diversos atores institucionais e dos aparelhos privados de hegemonia da classe dominante, visando estabelecer um caráter legal às desapropriações.

Constituem-se como exemplos simbólicos de remoção: as favelas da Restinga, Vila Harmonia e KM 35, todas na Avenida das Américas, visando realização das obras da TransOeste; os casarões no Largo do Campinho, para a construção da TransOlimpica; a favela do Metrô-Mangureira, próxima ao Estádio do Maracanã, principal estádio de futebol do estado, visando a construção do Pólo Automobilístico de Madureira; Estradinha, em Botafogo, área onde se especulou interesses imobiliários do empresário Eike Batista; a Vila Autódromo, na Barra da

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Tijuca, para a construção de um acesso ao recém construído Parque Olímpico, entre diversas outras favelas.

Somente entre os anos de 2009 e início de 2014, mais de 20,3 mil famílias foram removidas segundo a própria prefeitura, número este bem superior ao programa inicial de remoções. Foi o maior número absoluto de remoções da história do Rio de Janeiro, totalizando, somente entre os anos 2009 a 2013, mais de 67 mil pessoas desapropriadas (FAULHABER; AZEVEDO, 2015).

Em suma, os desdobramentos do padrão exportador de especialização produtiva reacendem uma relação autoritária contra a classe trabalhadora. Enquanto no discurso oficial propagava-se o seguimento rigoroso de todos os aparatos legais – com a aparente inclusão da população das favelas no planejamento urbano –, a realidade, entretanto, se constituía de outra forma. Sobre algumas regiões beneficiadas pelos investimentos de infraestrutura urbana que ocorreram na cidade, houve os efeitos da valorização imobiliária muito acima do fundo de consumo da classe trabalhadora local, provocando ondas de gentrificação. Famílias inteiras foram removidas de suas moradias mediante violência como potência econômica, muitas vezes sem qualquer tipo de orientação, justificando-as meramente pela ilegalidade ou área de risco.

3. CONCLUSÃO

Em comum a todos os megainvestimentos feitos no estado do Rio foi a violência expropriatória envolvida, tanto com os pescadores e pequenos posseiros do interior fluminense, como com os moradores de favelas e quilombos da metrópole, vítimas de mais uma grande onda de revitalização. A classe trabalhadora carioca foi não somente superexplorada para garantir a reprodução do padrão exportador de especialização produtiva, como também sofreu severos ataques aos seus direitos em nome do discurso de desenvolvimento regional, reconfigurando, assim, a “questão social” no estado.

Esses exemplos são cruciais para entendermos como as novas dinâmicas do padrão exportador de especialização produtiva são nocivas à classe trabalhadora. O

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



boom econômico do estado no período veio acompanhado pela expropriação, aumento da superexploração da força de trabalho, retirada de direitos fundamentais, proletarianização de diversos trabalhadores sem a capacidade de incorporá-los nos empregos criados nas regiões, aumento da superpopulação relativa, inviabilização de modos de vida previamente estabelecidos, etc. Esses processos foram mais visíveis justamente nas duas regiões mais impactadas pelos grandes investimentos vinculados ao atual padrão – NF e LF–, e com participação vital do Estado.

Revela-se, com isso, o projeto da burguesia fluminense e dos setores governamentais em implementar megainvestimentos sem qualquer preocupação com as formas democráticas e a preservação dos modos de vida das comunidades tradicionais. Podemos analisar, através das expropriações vivenciadas pela classe trabalhadora do estado do Rio de Janeiro no atual padrão de reprodução do capital, como a nossa condição de dependente economicamente determina elementos da nossa “questão social”. Permite-nos observar também como as condições de vida da classe subalternizada, vítimas de uma histórica arbitrariedade estatal por meio da violência como potência econômica, se manifestam na aparência através de diversas formas de luta e resistência.

Em suma, entre os desdobramentos provocados pelo atual padrão de reprodução do capital no capitalismo dependente, foi possível observar a crise da industrialização, o avanço do agronegócio, a precarização das relações de trabalho e o crescimento do desemprego estrutural. Torna-se mais visível, portanto, o antagonismo inconciliável entre dependência e desenvolvimento nacional, transformando o padrão exportador de especialização produtiva em um período extremamente desfavorável à classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ASPRIM. **Nota pública sobre a retomada de terras no 5º distrito de São João da Barra, Rio de Janeiro.** 2017. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/noticias/nota-publica-sobre-a-retomada-de-terras-no-5-distrito-de-sao-joao-da-barra-rio-de-janeiro/>. Acesso: 15 jun. 2023.

PROMOÇÃO



APOIO



BIENENSTEIN, R. *et al.*. Urbanização nos municípios de São Gonçalo e Itaboraí: impactos a partir de um grande projeto nacional. In: BINSZTOK, Jacob; BARBOSA, Jorge L (org.). **Modernização fracassada: Dossiê Comperj**. Rio de Janeiro: Consequência/Faperj, 2018. p. 37-65.

BINSZTOK, J. *et al.* Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e Projetos de Modernização Inconclusa no estado do Rio de Janeiro: perspectiva da construção do Comperj. In: BINSZTOK, Jacob; BARBOSA, Jorge L (org.). **Modernização fracassada: Dossiê Comperj**. Rio de Janeiro: Consequência/Faperj, 2018.p. 129-150.

BRUM, M. **Ordem, empreendedorismo e formalização: as novas funções para a pobreza urbana no Rio de Janeiro Global**. *Brasiliana – Journal for Brazilian Studies*. Vol. 4, n.2. 2016. p. 191-220.

CRUZ, J. L. *et al.* **(Des)integração periférica e espaços regionais globalizados**. In: Seminário Internacional da rede Iberoamericana de pesquisadores em globalização e território, 14. Monterrey, México. 2016.

FAULHABER, L.; AZEVEDO, L. **SMH 2016 – Remoções no Rio de Janeiro Olímpico**. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

MEDEIROS, M. G. *et al.* **Copa do Mundo, Olimpíadas e a luta pelo direito à cidade no Rio de Janeiro**. II Seminário Direito, Pesquisa e Movimentos Sociais (IPDMS), 2012. p. 1139-1167.

MELO; H. P.; OLIVEIRA, A. **Café e petróleo: um paralelo histórico**. Rio de Janeiro: Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, N.7., jan./jun. 2015. p. 91-104

MOTTA, Jonathan W. B. **Megaeventos, Estados e favelas sem UPPs no Rio de Janeiro: qual legado?**. *Ponto Urbe* 25. 2019. p. 1-20. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/7178>. Acesso: 18. jun. 2023.

OSORIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (org.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012a. p. 37-86.

OSORIO, J. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (org.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012b. p. 103-39.

RANGEL, H. C. *et al.* **Análise do papel do Porto do Açú no emprego formal e nas receitas do município de São João da Barra, RJ**. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, ano XX, v.1, n.39, abril de 2018. p.142-167